



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

LEI Nº 2.974, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.

PREF. MUN. DE V. DA CONQUISTA

Publicado no DOM em 14/01/2025

Edição nº 388 V conforme art. 103 da

Lei Orgânica.

Institui a Lei da Aprendizagem Profissional, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal de Vitória da Conquista, autoriza o repasse de recursos públicos na forma que indica e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Lei da Aprendizagem Profissional, a ser implementada no âmbito dos órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo Municipal, observado o disposto nos arts. 428 a 433, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Decreto-Lei nº 5.452, de 01 maio de 1943, no que couber e não for conflitante com esta Lei.

**Parágrafo único.** O disposto nesta Lei não se aplica à contratação de menor aprendiz pela iniciativa privada.

### CAPÍTULO I DO APRENDIZ

**Art. 2º** Aprendiz é o maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos desta Lei.

§ 1º O limite de idade máxima previsto no *caput* deste artigo não se aplica a pessoas com deficiência.

§ 2º Ao iniciar o contrato e durante toda a sua execução, o aprendiz deverá estar matriculado e frequentando regularmente a instituição formal de ensino, salvo quando o aprendiz já tenha concluído o ensino médio.

**Parágrafo único.** O disposto nesta Lei não se aplica à contratação de menor aprendiz pela

§ 3º A comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência psicossocial ou outra deficiência considerará, sobretudo, as habilidades e as competências relacionadas com a profissionalização.

### CAPÍTULO I DO APRENDIZ CAPÍTULO II

#### DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM

**Art. 3º** Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, de no máximo 2 (dois) anos, que visa a formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens aprendizes que se comprometem a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

§ 2º Ao iniciar o contrato e durante toda a sua execução, o aprendiz deverá estar matriculado e frequentando regularmente a instituição formal de ensino, salvo quando o aprendiz já tenha concluído o ensino médio.







## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

LEI Nº 2.974, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.

**Parágrafo único.** Para contratos de aprendizagem de Pessoa com Deficiência, o prazo contratual pode ser superior a 2 (dois) anos, devendo o tempo adicional ser fundamentado nos aspectos relacionados à deficiência.

**Art. 4º** A validade do contrato de aprendizagem pressupõe o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

### CAPÍTULO III DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES

**Art. 5º** A Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Vitória da Conquista, na forma do art. 6º desta Lei, fomentará a contratação de aprendiz, de acordo com permissivo constante do artigo 431 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, por meio de entidade sem fins lucrativos que tenha por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) de Vitória da Conquista, com curso(s) de aprendizagem profissional habilitado(s) pelos órgãos competentes, mediante regulamento por Decreto Municipal.

**Art. 6º** A contratação de aprendiz, por intermédio de entidade sem fins lucrativos, para os fins desta Lei, somente deverá ser formalizada após a celebração de parceria com a Administração Pública Municipal, na qual, dentre outras obrigações recíprocas, estabelecer-se-ão as seguintes:

- I – a entidade sem fins lucrativos, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, assumirá a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, responsabilizando-se, inclusive, pelo registro e anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social do aprendiz;
- II – à Administração Pública Municipal fica vedado a assumir a condição de entidade responsável pela formação teórica do aprendiz;
- III – a Administração Pública Municipal assume a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional metódica a que este será submetido;
- IV – a entidade sem fins lucrativos deve estar devidamente inscrita no COMDICA e ter o(s) curso(s) de Aprendizagem, objeto(s) deste Programa, habilitado(s) pelo COMDICA e pelo Ministério do Trabalho e Emprego com itinerário formativo adequado para as atividades a serem realizadas nas instalações municipais;
- V – a Administração Pública Municipal poderá utilizar, após consultada a Entidade Formadora, um percentual da carga horária prática do Programa de Aprendizagem para atividades que reduzam ou eliminem a defasagem série/idade dos participantes.
- VI – ficam vedados à Entidade Formadora o repasse, cessão ou transferência da execução do objeto a terceiros, bem como de previsão de pagamento de taxa de administração pelo aprendiz.

Previdência Social do aprendiz;

II – à Administração Pública Municipal fica vedado a assumir a condição de entidade responsável pela formação teórica do aprendiz;

III – a Administração Pública Municipal assume a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional metódica a que este será submetido;

IV – a entidade sem fins lucrativos deve estar devidamente inscrita no COMDICA e ter o(s)







## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

LEI Nº 2.974, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.

**Art. 7º** Para a contratação de aprendiz, a entidade sem fins lucrativos deverá realizar processo seletivo para adolescente e jovem, residente em Vitória da Conquista, estudantes ou egressos da rede pública de ensino, garantindo a paridade de gênero e o percentual de 80% (oitenta por cento) deles em pelo menos uma das situações abaixo:

- I – estar inscritos no CadÚnico;
- II – ser de família que tenha até 2 (dois) salários-mínimos;
- III – estar em situação de acolhimento institucional;
- IV – estar em situação de insegurança alimentar;
- V – estar em situação de violações de direitos;
- VI – estar passível de discriminação devido à identidade de gênero e/ou etnias;
- VII – ser identificado pelos órgãos competentes como egresso do trabalho infantil;
- VIII – ser egresso do sistema de cumprimento de medida socioeducativa;
- IX – estar em cumprimento de liberdade assistida ou semiliberdade;
- X – ter perfil de vulnerabilidade econômica e social, em situação de desemprego;
- XI – ter perfil de vulnerabilidade socioeconômico e estar vinculado a um órgão ou instituição inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA);
- XII – ser encaminhados pelos órgãos ou instituições inscritas, integrantes ou parceiras do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

§ 1º Pelo menos 10% (dez por cento) das vagas de aprendizes deverão ser reservadas para pessoas com deficiência.

§ 2º Decreto a ser expedido pela Chefia do Poder Executivo poderá disciplinar a forma de seleção dos aprendizes a ser feita pela entidade sem fins lucrativos que tenha por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) de Vitória da Conquista.

**Art. 8º** A contratação de aprendizes decorrentes desta Lei deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre 14 (quatorze) e 17 (dezoito) anos, exceto quando:

- I – as atividades práticas da aprendizagem submeterem os aprendizes às condições de insalubridade ou periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;
- II – a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a 18 (dezoito) anos;
- III – a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.

**Parágrafo único.** A aprendizagem para as atividades relacionadas nos incisos deste artigo deverá ser ministrada para jovens de 18 (dezoito) a 23 (vinte e três) anos.

**Art. 9º** Os órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, somente poderão admitir o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) de aprendizes em relação ao número de servidores públicos em

I – as atividades práticas da aprendizagem submeterem os aprendizes às condições de insalubridade ou periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;







## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

LEI Nº 2.974, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.

cada órgão ou entidade com ocupação profissional de nível de escolaridade fundamental ou médio.

### CAPÍTULO IV DA FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL METÓDICA

**Art. 10** Entende-se por formação técnico-profissional metódica, para os efeitos da validade do contrato de aprendizagem constante no art. 4º desta lei, as atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho.

**Art. 11** A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

- I – garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental e médio;
- II – horário especial para o exercício das atividades;
- III – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

**Parágrafo único.** Ao aprendiz com idade inferior a 18 (dezoito) anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

### CAPÍTULO V DOS DIREITOS TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

**Art. 12** Ao aprendiz será garantido o salário-mínimo hora.

**Art. 13** A duração do trabalho do aprendiz não excederá a 06 (seis) horas diárias.

**§ 1º** A jornada do aprendiz compreende as horas destinadas às atividades teóricas e práticas.

**§ 2º** O limite previsto no caput deste artigo poderá ser de até 08 (oito) horas diárias para os aprendizes que já tenham concluído o ensino médio, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

**§ 3º** A jornada semanal do aprendiz inferior a 25 (vinte e cinco) horas não caracteriza trabalho em tempo parcial de que trata o art. 58-A da CLT.

**§ 4º** A duração do contrato de trabalho deve obedecer à carga horária total definida no Programa de Aprendizagem da Entidade Formadora, de acordo com a jornada diária do aprendiz.

**§ 5º** Na fixação da jornada de trabalho do aprendiz menor de 18 (dezoito) anos, a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica levará em conta os direitos assegurados na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

**Art. 14** São vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.







## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

### LEI Nº 2.974, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.

**Art. 15** A experiência prática ocorrerá nos ambientes dos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal.

**Art. 16** Aos aprendizes que concluírem os Programas de Aprendizagem com aproveitamento será concedido, pela entidade sem fins lucrativos responsável pela formação técnico-profissional metódica em conjunto com o Poder Executivo Municipal de Vitória da Conquista, o certificado de qualificação profissional.

**Parágrafo único.** Para a avaliação do aproveitamento citado no *caput* deste artigo, a entidade sem fins lucrativos responsável pela formação técnico-profissional metódica, acompanhará também o desempenho do aprendiz durante a etapa prática da formação, através de mecanismos e instrumentos previamente definidos no Programa de Aprendizagem habilitado.

**Art. 17** As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no Programa de Aprendizagem.

**Art. 18** É assegurado ao aprendiz o direito ao benefício da Lei Federal nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o vale-transporte, tanto para a etapa teórica, quanto para a prática.

**Art. 19** A alíquota da contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço corresponderá a dois por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao aprendiz, nos termos do disposto no § 7º do art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

**Art. 20** O contrato de aprendizagem será extinto:

I – no seu termo;

II – quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, exceto se for aprendiz com deficiência;

III – antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

a) desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

b) falta disciplinar grave;

c) ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; e

d) a pedido do aprendiz.

**Parágrafo único.** Aos aprendizes serão estendidas as estabilidade provisórias de gestante e de acidente de trabalho previstas na legislação trabalhista, devendo o contrato de aprendizagem ser prorrogado até o término delas, quando for o caso.

Art. 20 O contrato de aprendizagem será extinto:

#### CAPÍTULO VI

#### DA AUTORIZAÇÃO ESPECÍFICA PARA REPASSE DE RECURSOS

I – no seu termo;

II – quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, exceto se for aprendiz com deficiência;

III – antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

a) desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;







## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

### LEI Nº 2.974, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.

**Art. 21** As despesas referentes à contratação das entidades sem fins lucrativos e dos aprendizes, na forma estabelecida pela legislação, ocorrerão por conta de dotações orçamentárias específicas.

§ 1º O repasse de recursos para a contratação de aprendizes e para a formação profissional será realizado mediante a formalização de termos de parceria ou termos de fomento entre o Município e a entidade parceira, pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, mediante inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, II, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 2º Para liberação dos recursos, que observará cronograma de desembolso definido em plano de trabalho devidamente aprovado, a entidade deverá apresentar solicitação formal e estar com sua situação regularizada em relação aos eventuais recursos recebidos anteriormente do Município.

§ 3º Na celebração e execução dos termos de colaboração ou termos de fomento de que trata o § 1º deste artigo, as partes envolvidas atenderão, no que couber, o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**Art. 22** Para realização dos repasses previstos no art. 21 desta Lei, fica autorizada a criação no orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), de dotações orçamentárias específicas para a Lei da Aprendizagem Profissional.

### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 23** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com as modificações necessárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária de 2024, incluindo a abertura de créditos adicionais, remanejamentos, transposições e transferências, observada a legislação vigente e os limites das dotações globais.

**Art. 24** A execução desta Lei ficará condicionada a edição de Decreto Regulamentador pela chefia do Poder Executivo a ser expedido no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

**Art. 25** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vitória da Conquista – BA, 13 de janeiro de 2025.

Assinado digitalmente por ANA SHEILA  
LEMONS ANDRADE:60360771572  
DN: cn=ANA SHEILA LEMOS  
ANDRADE:60360771572, c=BR, o=ICP-  
Brasil, ou=presencial,  
email=SHELU06@HOTAIL.COM

**Ana Sheila Lemos Andrade**  
**Prefeita Municipal**

